

VIII CONGRESSO DA FEPODI

NEGRITUDE, GÊNERO E SEXUALIDADE

A532

Anais do VIII Congresso Nacional da FEPODI [Recurso eletrônico on-line] organização VIII Congresso Nacional da FEPODI – São Paulo;

Coordenadores: Sinara Lacerda Andrade Caloche, Abner da Silva Jaques e Welington Oliveira de Souza dos Anjos Costa – São Paulo, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-262-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br

Tema: Universalização do conhecimento e democratização da pesquisa

1. Pós-graduação. 2. Pesquisa. 3. Universidade. 4. Universalização do Conhecimento. 5. Democratização do Conhecimento. I. VIII Congresso Nacional da FEPODI (1:2021 : São Paulo, SP).

CDU: 34



VIII CONGRESSO DA FEPODI

NEGRITUDE, GÊNERO E SEXUALIDADE

Apresentação

A Federação Nacional de Pós-Graduandos em Direito (FEPODI) realizou, nos dias 18 e 19 de março de 2021, o VIII Congresso Nacional da FEPODI, de maneira virtual, em que os eixos temáticos da edição foram a “universalização do conhecimento” e a “democratização da pesquisa”, justamente para corroborar o compromisso institucional em promover a integração ensino-pesquisa-extensão entre os corpos discente e docente da Graduação e Pós-Graduação.

Para a realização do evento, contamos com o essencial apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), da Universidade de Marília (UNIMAR), do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Mais uma vez a abrangência de nosso trabalho alcançou as cinco regiões brasileiras, recebendo participantes vinculados a Instituições de Ensino Superior de 22 estados, dentre eles graduandos, graduados, especializandos, especialistas, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores, todos empenhados na missão de contribuir com o rumo da pesquisa no direito. O interesse de nossos alunos mostra à comunidade acadêmica que a pesquisa é capaz de criar espaços comuns para o diálogo, para a reflexão e para o intercâmbio de experiências.

Fruto de um trabalho coletivo, na oitava edição do evento, após o processo de submissão dos trabalhos e suas respectivas duplas avaliações às cegas, foram aprovados 163 resumos expandidos para apresentação, distribuídos em 15 Grupos de Trabalhos, que buscaram contemplar as mais variadas áreas do direito.

Sempre acreditamos que o formato utilizado para a apresentação dos trabalhos (resumos expandidos) auxilia consideravelmente o desenvolvimento acadêmico, ao passo que permite ao pesquisador apresentar as ideias iniciais sobre um determinado tema e melhor desenvolvê-las a partir das contribuições que são concedidas, nos Grupos de Trabalho, por docentes ligados a renomadas Instituições de Ensino Superior do país, os quais indicam sempre bons caminhos para o aperfeiçoamento da pesquisa.

Os Anais que ora apresentamos já podem ser considerados essenciais no rol de publicações dos eventos científicos, pois além de registrar conhecimentos que passarão a nortear novos estudos em âmbito nacional e internacional, revelam avanços significativos em muitos dos temas centrais que são objeto de estudos na área jurídica e afins.

Assim, com esse grande propósito, apresentamos uma parcela do que representa a grandiosidade do evento científico, como se fosse um retrato de um momento histórico, com a capacidade de transmitir uma parcela de conhecimento, com objetivo de propiciar a consulta e auxiliar no desenvolvimento de novos trabalhos, tudo com vistas a ampliar o acesso ao conhecimento e a democratizar a pesquisa no Brasil.

Esperamos que todos possam aproveitar a leitura.

Sinara Lacerda Andrade Caloche

Presidente da FEPODI

Wellington Oliveira de Souza dos Anjos Costa

Vice-presidente da FEPODI

Abner da Silva Jaques

Tesoureiro da FEPODI

A VIOLÊNCIA QUE ACOMETE REPRESENTANTES POLÍTICAS FEMININAS E A NECESSIDADE DE SE COMBATÊ-LA

THE VIOLENCE THAT AFFECT FEMALE POLITIC REPRESENTATIVES AND THE NEED TO COMBAT IT

**Lavínya Almeida de Melo
Pietra Lua Cavalcanti**

Resumo

O presente artigo tem como escopo o apontamento das diversas formas de violência contra o feminino, em especial atuantes políticas e a importância de repressão as mesmas. É por meio deste estudo que irá ser explanado a construção histórico-social patriarcal, que impele das mulheres o papel político, relacionando-as, na maioria dos casos, a papéis tidos como exclusivamente femininos. Será observado que, mesmo com a existência de leis para inserirem a mulher na política, a disparidade entre teoria e prática torna-se evidente diante das diversas formas de violência, dentre elas a simbólica, para com as mulheres que ocupam lugares de representatividade na política partidária. Para que a realidade seja diversa é imprescindível o aumento da presença feminina no meio político, vez que em um cenário mais igualitário é perceptível a diminuição do índice discriminatório e da brutalidade na repressão.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Política partidária

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to point out the various forms of violence against women, in special political activist and the importance. Hereby this study, will be explained the socio-historical patriarchal construction, that impels the political role of women's, relating them, in the majority of cases, to roles considered exclusively females. Will be observed that, even with the existence of laws to insert women in politics, a disparity between theory and practice becomes evident in the various forms of violence, among which the symbolic, towards women who occupy places of representation in party politics. For the reality to be diverse, it's indispensable an increase in the presence of women on political environment, since in a more egalitarian scenario, a reduction in the discriminatory index and in the brutality in repression is noticeable.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Violence, Woman, Party politic

INTRODUÇÃO

É perceptível a existência de diversas formas de repressão para com as mulheres na sociedade brasileira, em especial as representantes políticas. Para entender a construção androcêntrica que permeia a sociedade atual, é preciso ater-se às raízes históricas e sociais. Neste sentido, a manifestação da violência constitui-se de diversos modos e, sendo a mulher historicamente pautada por uma vida privada, relacionada ao seio materno e do lar, carrega consigo as inviabilidades ensejadas por essas agressões também na vida pública.

Ademais, as barreiras impostas pelo patriarcado corroboram para o distanciamento das mulheres na esfera pública, de modo que a atuação destas se apresenta como uma constante luta contra a imposição cultural da inferioridade do feminino.

Diante disso, traz-se à baila a imprescindibilidade do aumento da mulher na política como mecanismo de mudança social, equidade de gênero e representatividade, tendo em vista que quando maior o número de atuantes femininas maiores possibilidades de outras mulheres participarem ativamente na política.

DESENVOLVIMENTO

A luta feminina por espaço político no Brasil aconteceu aos poucos. Os movimentos sociais ocorridos na América do Norte tiveram grandes impactos e reflexos na sociedade brasileiras. A partir disso, as mulheres passaram a buscar e exigir seus direitos em todas as áreas, inclusive na política direta.

É possível visualizar a política, direta e indireta, no dia a dia feminino, seja no preço do feijão ou na aprovação de uma lei, tudo está relacionado à política. Além do papel de mãe, o qual muitas mulheres exercem, estar envolvida na política ou em qualquer outro cargo de representação exige compromisso, dedicação e muita responsabilidade, além de, no papel de mulher, nos dias de hoje ter que demonstrar constantemente sua capacidade, diante das colocações machistas revestidas de “brincadeiras”.

Todo ser é político, já que a política está presente no dia a dia. Aquelas pessoas que dizem que não gostam de política, na verdade não gostam da “politicalha”, não gostam do jogo político, mas precisam entender que a política é de fundamental importância para uma sociedade mais justa.

Mesmo com todas as conquistas femininas por visibilidade no espaço político, a esperada igualdade entre homens e mulheres ainda está distante da realidade. Embora as

mulheres compõem mais da metade da população brasileira, os espaços de visibilidade das mesmas ainda são extremamente pequenos.

Desde o começo das primeiras ideias de sociedade, a mulher sempre foi associada a atividades domésticas e de cuidados da família, enquanto os homens, ficaram ligados às relações públicas e políticas. Isso reflete a dificuldade da visualização da mulher como potencial social e político como ferramenta de mudança social. Em consequência disso, existe uma tendência padronizada de se associar a mulher a uma imagem de incompetência e inferioridade, uma vez que os cargos políticos e de visibilidade social são, em sua maioria, ocupados por homens.

Com base na construção histórico-social de discriminação, surgem como manifestação do preconceito as várias formas de violência contra a mulher. As diferentes formas de violência que acometem a mulher estando em um cargo de representação, seja político ou não, são evidenciadas diariamente, como a desigualdade salarial, ser demitida por estar grávida ou ter descredito pelo simples fato de ser mulher. Além disso, essas representantes ainda têm que lidar com o “machismo nosso de cada dia” que está encrustado nos vários setores da sociedade.

Diante da dificuldade já enfrentada pelo feminino de inserção no espaço público, há um distanciamento maior da quantidade de mulheres como representantes políticas, uma vez que, além das dificuldades socialmente imposta a elas, as mulheres que tentam ascender, em termos de representação e visibilidade, ainda sofrem as represálias específicas do seu local de atuação.

Por, historicamente, não estarem relacionadas aos papéis de cunho social a mulher carrega consigo a imagem de incompetência e não pertencimentos aos trabalhos públicos. Outro empecilho para a diferença entre homens e mulheres na política é o sistema eleitoral brasileiro de lista aberta. Neste, para cada três candidatos de um sexo é necessário apenas um candidato do sexo oposto. É possível, assim, perceber que a discrepância entre candidatos é de três vezes mais representantes para o sexo masculino.

É possível entender, diante de tais barreiras, porque o Brasil ocupa a 94ª posição quanto a desigualdade de gênero, enquanto que o Níger, país com o menor IDH do mundo, possui 5,7% a mais de parlamentares femininas, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Diante da história de opressão feminina, é possível perceber a necessidade de uma presença visível das mesmas, uma vez que a concretização de uma sociedade igualitária só se dará através do empoderamento feminino. Por meio de estudos sobre tal temática, é notável que líderes femininas são mais atuantes na esfera cível, trazendo modificações específicas para a

sociedade, além de abrirem espaço para mais mulheres participarem efetivamente das decisões sociais.

É com base nas mudanças sociais, como o maior acesso das mulheres às universidades, inclusive em cursos que no passado tinham maioria masculina, como matemática e engenharia; a conquista do direito ao voto e a possibilidade de empregos em setores antes não acessíveis, pode-se perceber que a luta por novas conquistas é fundamental e precisa de suporte no que diz respeito à criação e vigência de políticas públicas que permitam a igualdade entre gêneros aconteça.

A partir de todos os fatos já apresentados, é possível perceber que existe uma grande distância entre homens e mulheres no que se refere a seus direitos sociais, e, principalmente políticos. Com a revolução feminista, iniciada no Brasil tardiamente, na década de 70, foi-se quebrando, aos poucos, o tabu de inferioridade feminina. Porém, tal problema ainda se faz presente na sociedade, de maneira às vezes até discreta, de forma a tentar calar as mulheres, em atos que não chamem a atenção, sendo mascarados por mal-entendidos, de modo a continuar com a perpetuação da crença de que mulher é “sexo frágil”.

Então, a melhor forma de se combater a ideia de inferioridade feminina é dar voz às mulheres, para que seja criada a consciência de que o machismo não deve ser relativizado, e que a luta contra este precisa ser continuada.

Após as intensas mudanças sociais ocorridas, pode-se visualizar que a mulher ocupa um papel mais visível, politicamente, do que se tinha há algum tempo atrás. Prova disso são as políticas públicas criadas para inserir e manter as mulheres em papéis de representação política.

Com a Lei 9.100/95, que determinou um mínimo de 20% de candidatas femininas por partido, partido, crescendo depois para 30%; a decisão do TSE, que dispõem da obrigatoriedade de 30% dos fundos partidários para mulheres; mulheres; além da presença de bancadas que defendem a inclusão feminina na política.

A presença de mulheres na política dá força à luta por igualdade e segurança àquelas que desejam ocupar cargos de representação. A violência contra mulher, em especial no espaço político, está diretamente ligada à dificuldade de acesso às vias de visibilidade, visto que, quando ocorre o real empoderamento dessas há uma diminuição nos índices discriminatórios e na brutalidade da repressão.

Ainda permanece a relevância da violência simbólica contra o feminino, que nada mais é que a crença de incompetência pelo simples fato de ser mulher. Isso é refletido no tratamento de menosprezo e desvalorização da profissional por seu superior hierárquico ou por seus pares. É necessário ressaltar, que, a busca por igualdade não deve ser desmerecida e que as ferramentas

usadas para a mesma devem ser de equidade entre homens e mulheres, não visando a retirada de direitos de um para o outro, mas o pleno e igualitário desenvolvimento social.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve por meta analisar a posição da mulher na política brasileira, a partir da compreensão do seu papel na sociedade como um todo. Com base nisso, foi realizado o estudo das diferentes formas de expressão da violência que acomete a mulher, especialmente na seara política.

Como forma de aprofundamento em tal tema, neste trabalho científico foram utilizados argumentos de autoridades, dados científicos e de matéria legal, comprovando que, mesmo com o perceptível aumento da presença feminina na esfera política devido à projetos de inclusão feminina neste âmbito, está ainda é irrisória se comparada à masculina e as diversas formas de violência submetida a estas.

Por fim, é imprescindível ressaltar que, o combate a violência e a visibilidade feminina na política abre espaço para que outras mulheres se sintam seguras e acolhidas na esfera pública, que em geral é composta majoritariamente pelo masculino. Possibilitando uma sociedade mais justa e igualitária onde não haja supressão de direitos, tão pouco a retirada destes face à supervalorização de outrem, mas sim objetivando o pleno desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

CHATTOPADHYAY, Raghendra; DUFLO, Esther. **Women a Politic Make Evidence from a Randomized Politic Experiment in India**. 2004. p. 1409-1443.

CHIRILLO, Gina; ESAREY, Justin. **“Fairer Sex” or Purity Myth? Corruption, Gender, and Instittional Contex**. 2002. p. 382-384.

ONU MULHERES. **Pesquisa Ibope/ONU Mulheres**. 2018. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/81-de-brasileiros-e-brasileiras-querem-politicas-federais-de-promocao-a-igualdade-revela-pesquisa-ibope-onu-mulheres/>>. Acesso em 14/09/2018.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco. 1994, p. 152.

SAKAMOTO, Leonardo. Entrevista ao jornal Brasil 247. 2018.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas.** Brasília: Câmara dos Deputados. 2008, p. 51.

